

Preço de combustíveis é 'ponto de incerteza' para inflação dentro da meta, diz FGV

A inflação brasileira ainda tem espaço para fechar o ano de 2023 abaixo do teto da meta. No entanto, os preços dos combustíveis e seus efeitos indiretos sobre a economia representam o "grande ponto de incerteza" para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A avaliação é do economista André Braz, do FGV Ibre. Apesar da recente subida das cotações do petróleo, o que pode compensar o impacto de eventuais altas dos combustíveis no Brasil é a queda dos preços dos alimentos, segundo o pesquisador.

O IPCA, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), serve como referência para

a meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central).

No acumulado de 2023, o centro da medida é de 3,25%. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar dentro desse intervalo até dezembro.

Braz participou na terça-feira (19) da divulgação dos novos dados do IPGF (Índice de Preços dos Gastos Familiares), indicador lançado neste ano pelo FGV Ibre. Nesta quarta (20), o Copom (Comitê de Política Monetária) anuncia a taxa básica de juros --instrumento usado para conter a inflação.

"Ainda há espaço para a gente ter no IPCA uma inflação dentro do intervalo de tolerância da meta. Quer di-

zer, um número até 4,75%, mesmo se a Petrobras divulgar novos reajustes", afirma Braz. "Do outro lado, a alimentação vem caindo de preço. Os alimentos estão compensando outras fontes de pressão."

Na mediana, as projeções de analistas do mercado financeiro apontam IPCA de 4,86% em 2023, conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada na segunda (18) pelo BC. A estimativa está acima do teto da meta, mas diminuiu em relação ao relatório anterior (4,93%).

Braz, no entanto, destaca que a recente alta dos preços do petróleo no mercado internacional pode forçar reajustes em produtos como a gasolina e o óleo diesel no Brasil.

Leonardo Vicceli/Folhapress



Economia



Copom inicia sexta reunião do ano sob expectativa de corte nos juros

Página - 03

Política

Padilha rebate Lira e diz que definição sobre Caixa é separada de reforma ministerial

Página - 04

Lula vê Dino com perfil complementar ao de Zanin e indicação de ministro para STF ganha força, dizem fontes

Página - 04

Zema quer aumento de ICMS para ração de pets, cerveja e celular e gera críticas

Página - 03



Haddad se reúne com investidores americanos em busca de financiamento para transição ecológica Pág - 05

Saiba como funcionará o maior terminal de eletrocarga do Brasil Página - 05



No Mundo

Putin e Xi ignoram ONU e avançam agenda própria



Enquanto líderes mundiais se acotovelam por destaque em seus discursos na Assembleia Geral da ONU, que começa na terça (19), os protagonistas do bloco adversário dos Estados Unidos na Guerra Fria 2.0 fazem outros planos.

O Kremlin confirmou que o presidente Vladimir Putin irá fazer sua primeira viagem ao exterior após ter a prisão decretada pelo Tribunal Penal Internacional, em março. O destino será a China de Xi Jinping, seu principal aliado no embate geopolítico com Washington e seus parceiros.

A ausência da dupla em Nova York não é inédita: Putin esteve virtualmente no plenário da ONU em 2020,

durante a pandemia de Covid-19, e Xi participou presencialmente em 2021. Não deixa de ser uma ironia, dado que ambos os líderes incluem a palavra multilateralismo em praticamente todo o discurso acerca de política externa. Xi, em particular, já havia faltado ao encontro do G20 na rival Índia, e ele não tem uma ordem de detenção emitida.

Mas agora a retórica dá lugar à ação. Enquanto os voos chegavam com chefes de Estado e de governo aos EUA, a Rússia completava uma recepção pomposa ao chanceler chinês, Wang Yi. Em seus encontros em Moscou, discutiu a Guerra da Ucrânia e a tensão na península core-

ana isso poucos dias depois de Putin encontrar-se com o ditador do Norte, Kim Jong-un, que é aliado de Pequim.

Adensando o cenário, o ministro da Defesa russo, Serguei Choigu, anunciou que irá fazer uma visita para discutir cooperação militar com o aliado Irã. O país do aiatolás, que vive às turras com os EUA, parece viver um momento de inflexão com a soltura de prisioneiros americanos, mas é muito próximo de Moscou.

São drones iranianos Shahed-136 que ganham uma pintura nova e o eufemístico nome Gerânio-2 que os russos enviam quase que toda noite para atacar alvos na Ucrânia.

Igor Gielow/Folhapress

Lula volta à ONU com discurso sobre desigualdade e critica Conselho de Segurança



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abriu a Assembleia-Geral das Nações Unidas na terça-feira (19) com um discurso de 21 minutos focado em desigualdade e com o retorno da demanda histórica do Itamaraty de uma reforma no Conselho de Segurança, com críticas incisivas à dinâmica atual do sistema internacional.

O petista voltou ao principal palco global após mais de dez anos e sob a promessa de recuperar a orientação internacionalista da diplomacia brasileira após quatro anos de isolamento, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). Com um discurso com indi-

retas ao adversário político, Lula foi bastante aplaudido ao estabelecer diferenças ante o antecessor.

Lula começou o discurso prestando homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello, morto em Bagdá (Irque) há 20 anos. Ele também prestou condolências às vítimas do terremoto no Marrocos e das tempestades na Líbia e no Rio Grande do Sul para, em seguida, falar sobre a crise climática e a desigualdade, um dos temas centrais de sua fala.

“Hoje, ela [a crise climática] bate às nossas portas, destrói nossas casas, nossas cidades, nossos países, mata e impõe perdas e sofrimen-

tos a nossos irmãos, sobretudo os mais pobres”, disse.

Ele lembrou que, há 20 anos, a fome foi um tema central de seu discurso, e que a pertinência do tema não mudou. “O mundo está cada vez mais desigual.”

“É preciso, antes de tudo, vencer a resignação que nos faz aceitar tamanha injustiça como fenômeno natural. Para vencer a desigualdade, falta vontade política daqueles que governam o mundo”, afirmou.

O presidente voltou a apontar que os países mais ricos se desenvolveram com base em um modelo poluente, mas que os países emergentes não querem repetir essa fórmula.

Fernanda Perin/Folhapress

Azerbaijão rompe cessar-fogo e ataca território armênio de Nagorno-Karabakh

Após anos de uma paz frágil, o Azerbaijão rompeu o cessar-fogo vigente desde 2020 e atacou na terça (19) Nagorno-Karabakh, um enclave armênio étnico em seu território que já foi objeto de duas sangrentas guerras desde o fim da União Soviética que ambos integravam.

Segundo o Ministério da Defesa de Baku, o objetivo é “desarmar e garantir a retirada de formações das Forças Armadas da Armênia de nossos territórios, neutralizar sua infraestrutura militar e restituir a ordem constitucional da República do Azerbaijão”. Segundo o governo local, 2 pessoas morreram e 11, ficaram feridas.

Com o eufemismo típico dessas situações, os azeris disseram ter lançado “atividades antiterroristas”, usando mísseis de precisão e bombardeios. Na capital

regional, Stepanakert, explosões foram ouvidas e divulgadas em vídeos de redes sociais.

O chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, pediu o fim dos ataques, que ocorrem no dia de abertura da Assembleia-Geral da ONU. Em Nova York, diplomatas franceses disseram ser necessária uma “resposta dura” ao ataque. A Rússia, mediadora do cessar-fogo de 2020 na região, está em contato com os dois lados. Sem muita sutileza, Baku afirmou que o corredor ligando Nagorno-Karabakh à Armênia está aberto, e todos os civis que quiserem deixar o território são livres para fazê-lo. Ierevan acusa os vizinhos de genocídio e limpeza étnica, palavras com forte eco na região devido ao massacre de armênios em 1915 pelos otomanos e os hoje turcos são aliados dos azeris.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Copom inicia sexta reunião do ano sob expectativa de corte nos juros



O Copom do Banco Central (BC) começa nesta terça-feira (19), em Brasília, a sexta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic. Por causa da forte queda da inflação nos últimos meses, o órgão deve reduzir a Selic, atualmente em 13,25% ao ano, para 12,75% ao ano. Esse será o segundo corte desde agosto, quando a autoridade monetária interrompeu o ciclo de aperto monetário.

No comunicado da última reunião, no início de agosto, o Copom informou que os diretores do BC e o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, tinham previsto, por unanimidade, cortes de 0,5 ponto percentual nos próximos encontros.

Segundo a edição mais

recente do Boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica realmente cairá 0,5 ponto percentual, embora algumas instituições projetem corte de até 0,75 ponto. A expectativa do mercado financeiro é que a Selic encerre o ano em 11,75% ao ano. Na quarta-feira (20), ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão.

Na ata da última reunião, o órgão também informou que a evolução do cenário econômico e a forte queda da inflação permitiram “acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária”. Após uma série de comunicados duros no início do ano, em que não descartava a possibilidade de elevar a Taxa Selic, o Copom mudou de tom por causa do comporta-

mento dos preços. Apesar do recuo da inflação, o Copom informou que alguns preços ainda estão subindo ou caindo menos que o previsto. De acordo com o órgão, a autoridade monetária reduzirá os juros de forma conservadora.

“Qualquer que fosse a decisão [corte de 0,25 ponto ou corte de 0,5 ponto na reunião passada], era consensual que um cenário com expectativas de inflação com reancoragem apenas parcial, núcleos de inflação ainda acima da meta, inflação de serviços acima do patamar compatível com a meta para a inflação e atividade econômica resiliente requer uma postura mais conservadora ao longo do ciclo de flexibilização da política monetária”, informou a ata da reunião de agosto.

Wellton Máximo/ABR

Consumo de bens industriais no país cai 2,5% em julho

O consumo aparente de bens industriais recuou 2,5% em julho deste ano no país, na comparação com o mês anterior. Dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado na terça-feira (19), mostra parcela da produção industrial brasileira e das importações voltadas ao mercado doméstico.

A queda veio após alta de 1,4% em junho deste ano. O indicador também teve quedas de 5,2% na comparação com julho de 2022, de 2,6% no ano e de 1,1% em 12 meses.

A queda na passagem de junho para julho deste ano foi puxada pelo consumo de bens industriais nacionais, que recuou 3,5% em julho. Já o consumo de bens importados cresceu 0,2%.

A demanda por produtos da indústria extrativa mineral

caiu 16,6%, enquanto os produtos da indústria da transformação cederam 1,8%.

Treze dos 22 segmentos da indústria da transformação tiveram queda na demanda, entre eles produtos de fumo (-13,8%), artigos de vestuário e acessórios (-8,2%) e máquinas e equipamentos (-7,1%). Entre as nove atividades com alta destacam-se outros equipamentos de transporte (22,5%) e produtos alimentícios (2,2%). Das quatro grandes categorias econômicas, duas tiveram queda: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (-5,7%), e bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo (-2,4%). Já os bens de consumo tiveram alta: duráveis (4,6%) e semi e não duráveis (1,4%).

Vitor Abdala/ABR



Zema quer aumento de ICMS para ração de pets, cerveja e celular e gera críticas



Dois meses depois de sancionar lei anistando dívida tributária de locadoras de veículos, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), quer a aprovação da Assembleia de projeto que aumenta imposto sobre ração de pets, cerveja, refrigerante e aparelhos de telefone celular.

O texto, que trata como supérfluos esses e outros itens como cigarros, armas e alimentos para atletas, para os quais propõe aumento da alíquota de ICMS, foi enviado pelo governador à Assembleia em 29 de agosto.

Mesmo recebendo críticas até de aliados, foi aprovado em três comissões e está pronto para análise do plenário.

O governo afirma que o

projeto é importante porque os recursos do aumento serão direcionados ao FEM (Fundo de Erradicação da Miséria), “em especial para o pagamento integral do Piso Mineiro da Assistência Social”. Até a publicação deste texto, o Palácio Tiradentes não havia informado o valor adicional de arrecadação esperado com a mudança na alíquota.

O projeto enviado pelo governador quer tornar permanente adicional de 2 pontos percentuais, elevando a alíquota do ICMS sobre os produtos da lista de 25% para 27%. O adicional é previsto em lei mas estava suspenso desde dezembro do ano passado.

Empresários, que tradicionalmente estão entre

os principais apoiadores de Zema, também criticaram a iniciativa do governo. Uma carta foi enviada pela FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais) à Assembleia contra o projeto de lei do governador. A entidade tem 80 mil filiados.

O presidente da FCDL, Frank Sinatra Santos Chaves, via assessoria da entidade, afirmou que a entidade apoia o governador, mas que aumento em impostos corrói a competitividade no estado. “Como empresários, não temos mais espaço para efetuar pagamento de impostos. Na verdade queremos que Minas Gerais aumente sua competitividade com a redução dos impostos”, disse.

Leonardo Augusto/Folhapress

Política

Padilha rebate Lira e diz que definição sobre Caixa é separada de reforma ministerial



O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, rebateu na terça-feira (19) o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ao afirmar que a definição sobre a troca no comando da Caixa não está vinculada às discussões que culminaram na mais recente reforma ministerial.

No início do mês, o governo concluiu o processo de reforma ministerial para consolidar a entrada do centrão no Executivo, com a nomeação do líder do PP na Câmara, André Fufuca (Esportes), e do deputado do Republicanos, Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos).

Em entrevista à Folha de

S.Paulo, Lira afirmou que a troca no Comando da Caixa estava incluída no acordo firmado entre os partidos. “A Caixa faz parte do acordo com os partidos”, afirmou Lira na entrevista. Na sequência, foi questionado se isso envolveria as 12 vice-presidências do banco. “Esse foi o acordo”, acrescentou.

Lira ainda deixou claro que a indicação será feita pelo seu partido, o PP. “Eu tenho uma conversa com o presidente Lula por esses dias. Ainda vou ter que conversar internamente no meu partido. Os nomes serão colocados à disposição do presidente, que fará a escolha”, concluiu o presidente da Câmara.

Em entrevista à rádio CBN, na manhã da terça-fei-

ra (19), Padilha afirmou que a Caixa possui já uma presidente, Rita Serrano, e que eventual mudança será feita por conta de seu desempenho.

“É lógico que a conversa continua sobre outros espaços, que envolvem outros espaços do governo. A Caixa é um banco, tem característica de composição, é diferente da composição de um ministério onde o presidente da República vai lá e pode tomar definição sobre isso”, afirmou.

Ministro responsável pela articulação política do governo, Padilha ainda acrescentou que eventual mudança no comando do banco não guarda relação com as discussões para a reforma ministerial, feita com os partidos do centrão.

Renato Machado/Folhapress

Lula vê Dino com perfil complementar ao de Zanin e indicação de ministro para STF ganha força, dizem fontes

O favoritismo do ministro da Justiça, Flávio Dino, para ocupar a cadeira de Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF) tem um ingrediente principal: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo aliados, vê Dino como alguém que tem “perfil complementar” ao do ministro Cristiano Zanin, recém-chegado à Corte.

De acordo com essa avaliação, embora Zanin e Dino tenham trajetórias diferentes, ambos têm atuação marcada por temas que, hoje, são considerados determinantes por Lula para um ministro do Supremo: a defesa da democracia e o combate aos métodos usados pela Lava Jato.

O perfil combativo de Dino, dizem interlocutores de Lula, fez com que o ministro da Justiça passasse a ser considerado, hoje, o nome mais bem consolidado para a vaga a ser deixada por Rosa Weber nos próximos dias.

Como mostrou a CNN no início de agosto, a preocupação de Lula para esta segunda vaga no Supremo é a de conseguir escolher alguém que possa ter sintonia com Zanin e não tenha veto dos demais integrantes da Corte.

Pessoas que têm participado das conversas sobre a sucessão no Supremo dizem que o presidente quer, acima de tudo, evitar que o STF volte a ser formado por “11 ilhas” — referência ao número de ministros.

CNN



Toffoli anula suspeição de Eduardo Appio, juiz crítico da Lava Jato



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli anulou na terça-feira (19) a decisão do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª região) que havia declarado a suspeição do juiz Eduardo Appio em processos relacionados à Lava Jato que tramitam na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Toffoli disse que a decisão da oitava turma do TRF-4 foi “ilegalmente exarada”.

O advogado de Appio, Pedro Serrano, afirmou que a decisão do ministro é “uma vitória da Constituição”, que “recoloca o trem da legalidade nos trilhos”, e diz entender que o juiz deve voltar à vara da Lava Jato.

“Nós entendemos que ele tem que retornar ao cargo porque foi suspenso o proces-

so administrativo. Não há nenhum sentido jurídico manter uma pessoa afastada que não esteja sendo processada. É como manter alguém preso sem processo penal, sem acusação. Se assim não entenderem o TRF4, nós vamos recorrer”, afirmou.

Appio assumiu a titularidade da 13ª Vara Federal de Curitiba em fevereiro e passou a ser abertamente crítico aos métodos adotados pela Lava Jato em anos anteriores.

Desde então, também expediu decisões críticas à operação cujos protagonistas foram Deltan Dallagnol, ex-coordenador da força-tarefa, e Sergio Moro, ex-juiz responsável.

Em sua decisão, Toffoli ainda suspendeu o andamento do processo administrativo disciplinar aberto contra Ap-

pio, em trâmite na corregedoria-geral do TRF-4. A medida, segundo Toffoli, não tem prejuízo de eventual análise do caso pela corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O ministro do STF afirmou em sua decisão que o caso foi relatado pelo tribunal regional “amparado basicamente em assunções (ou deduções)”.

Toffoli disse ainda “não terem sido poucas as exceções de suspeição das defesas de acusados que pesaram sobre o então juiz Sergio Moro e a juíza substituta da 13ª Vara Federal Criminal (Gabriela Hardt)” e que, no entanto, “todas foram rechaçadas pelo TRF-4, em posicionamento jurídico diametralmente oposto ao que se observa na presente hipótese”.

Folhapress

Haddad se reúne com investidores americanos em busca de financiamento para transição ecológica



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniu-se na manhã da terça-feira (19) com potenciais investidores do plano de transição ecológica brasileiro. As principais dúvidas, segundo o ministro, têm sido relacionadas às oportunidades de investimento e ao arcabouço fiscal do país.

“Como é uma lei relativamente complexa em relação a outras leis do mundo, ela é mais sofisticada, então você acaba tirando dúvidas de como funcionam os gatilhos para que a sustentabilidade fiscal seja atingida”, disse Haddad após uma reunião no escritório da Eurasia, em Nova York, com cerca de 20 investidores.

Nos encontros desta ter-

ça, Haddad tem apresentado o plano verde e ressaltado o trabalho desenvolvido pelo governo federal nesses nove meses, como as medidas que estão no Congresso para serem votadas. “Há uma agenda forte no Congresso de leis, inclusive, que estavam arquivadas e que nós desarquivamos para que fossem submetidas a essa legislatura”, disse.

Haddad destacou que algumas medidas legislativas para tirar o plano verde do papel já estão em andamento, como a Reforma Tributária e a regulamentação do crédito de carbono, que está no Senado. A estimativa é que a emissão de títulos sustentáveis aconteça nas próximas semanas.

O ministro acredita que será possível convencer empresas nacionais e internacio-

nais a se fixarem no país para o desenvolvimento de produtos verdes. “O que nós queremos, de fato, é no médio prazo estabelecer um processo em que o Brasil seja visto como um país onde se possa produzir produtos verdes. Não apenas energia limpa, não apenas minerais estratégicos, mas produtos verdes”, disse.

Nas duas reuniões desta manhã, uma promovida pelo Instituto Igarapé e a outra na Eurasia, estavam presentes representantes de organizações como o fundo de investimento Pimco, Banco Mundial, WWF International e Sequoia Climate Foundation, além de Jennifer Morgan, secretária de Estado e representante especial das políticas climáticas da Alemanha.

Tatiana Sendin/Folhapress

Saiba como funcionará o maior terminal de eletrocarga do Brasil



A Prefeitura de Salvador entregou na segunda-feira, 18 de setembro, àquele que é considerado até o momento o maior terminal de eletrocarga em área pública do Brasil.

O equipamento está situado ao lado da Estação Rodoviária do BRT e tem uso exclusivo para os ônibus elétricos do modal.

Como funcionará a logística reversa da bateria de carros elétricos?

Inaugurado pelo prefeito Bruno Reis e o secretário de Mobilidade (Semob), Fabrizio Muller, o terminal de eletrocarga possui capacidade para carregar até 20 ônibus simultaneamente. A obra, feita com recursos do município, teve um investimento de apro-

ximadamente R\$ 4 milhões.

A nova estrutura tem 10 estações, com capacidade para atender dois ônibus cada. Os pontos, que podem chegar à potência de 160 kW/h cada, podem concluir o abastecimento completo de um veículo em até duas horas.

A localização do terminal, ao lado de uma das estações mais estratégicas do BRT, vai permitir que os ônibus elétricos que compõem atualmente o modal da capital baiana sejam recarregados mais facilmente, sem que precisem se deslocar até as garagens, que ficam distantes das linhas.

O prefeito destacou o pioneirismo de Salvador com a obra, considerada essencial para mudar a matriz energética dos ônibus no país. “O transporte público sobre ro-

emissões dos voos da GOL neutralizou, até agosto de 2023, 15,4 mil toneladas de CO₂eq de maneira voluntária pelos clientes, nas rotas carbono neutro da GOL (Recife-Fernando de Noronha e Congonhas-Bonito) e em ações pontuais. O valor compensando equivale a 3.856 hectares preservados por um ano ou 2.217.562 árvores preservadas por um ano — ou ainda à manutenção de 4.674 campos de futebol padrão FIFA de natureza nativa.

“GOL e CBF são parceiras há 10 anos e essa iniciativa, em conjunto com Grupo Águia e Moss, abre novas perspectivas sustentáveis para as viagens das equipes do Brasileiro. Além disso, reforça o compromisso da Companhia com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento do esporte. Esperamos que esse exemplo chegue a mais clubes e associações, engajando outras empresas brasileiras a também realizarem suas viagens neutralizando a pegada de carbono”, afirma Renzo Mello, diretor de Canais de Vendas da GOL.

Notícias Sustentáveis

Brasileirão: voos dos times passam a ter compensação das emissões de CO₂

Com o objetivo de minimizar o impacto das emissões de gases de efeito estufa durante o deslocamento aéreo das equipes da Série A do Brasileiro, CBF, GOL Linhas Aéreas e Grupo Águia, contando com o suporte técnico da Moss, firmaram uma parceria inédita para oferecer uma solução de compensação de CO₂ que beneficia projetos de conservação da Floresta Amazônica.

Desde o início da competição, em abril, os clubes que realizam suas viagens exclusivamente pelo Grupo Águia com deslocamentos aéreos feitos pela GOL já estão compensando as emissões do dióxido de carbono (CO₂).

Até 3 de dezembro, data da última rodada do Brasileiro, serão percorridos mais de 683 mil km, o que projeta uma compensação de 4 mil toneladas de CO₂eq emitidos nas rotas de ida e volta do campeonato. Juntos, Grupo Águia e GOL reforçam sua atuação no controle das emissões de carbono.

Iniciada em junho de 2021, a compensação de

das no Brasil enfrenta hoje a maior crise da sua história. Com a escalada dos preços dos combustíveis nos últimos anos, a coisa comum é a gente ver empresas da área fechando as portas nas grandes cidades. Sem dúvidas, se a prestação desse serviço não trouxer inovação, não investir em tecnologia, ela não vai se sustentar”, disse.

Bruno Reis lembrou que o investimento não é apenas para o presente do transporte público, mas para o futuro. “Só a tecnologia, a inovação e os ônibus elétricos vão permitir que, no futuro, o transporte público sobre rodas possa sobreviver. E não estamos poupando esforços para que façamos isso aqui em Salvador.

Notícias Sustentáveis



Publicidade Legal

Ibovespa cai 0,37%, aos 117,8 mil pontos, em baixa pelo 3º dia seguido



Em variação de apenas 830 pontos entre a mínima (117.627,67) e a máxima (118.457,81) da sessão, o Ibovespa encerrou esta véspera de reuniões do Copom e Fed em baixa de 0,37%, aos 117.845,78 pontos, saindo de abertura aos 118.293,14. Ainda que em discreta oscilação desde o fechamento da última quinta-feira, quando subiu 1,03%, foi a terceira perda consecutiva para o índice da B3, que ainda avança 1,82% no mês e 7,39% no ano – na semana, caiu 0,77%. O giro financeiro desta terça-feira ficou um pouco acima do limiar de R\$ 20 bilhões, a R\$ 21,5 bilhões.

Na B3, Petrobras se destacava mais cedo entre as ações de maior peso e liquidez, com o petróleo estendendo ganhos recentes, que colocaram a referência global, o Brent, perto da casa de US\$ 96 por barril na máxima do dia, a US\$ 95,96. Depois das 15h, contudo, os preços da commodity perderam força, oscilando para o negativo no fechamento em Londres (ICE) e Nova York (Nymex), o que afetou o desempenho das ações da petroleira, que encerraram o dia com a ON sem variação e a PN, em alta de 0,23%. Por sua vez, Vale ON mudou de direção e subiu 0,19% no fechamento.

Por outro lado, o desempenho dos grandes bancos foi negativo, com Bradesco PN à frente (-1,14%). Na ponta perdedora do Ibovespa, Pão de Açúcar (-6,90%), Renner (-5,38%) e Totvs (-4,91%). O Bank of America (BofA) reduziu o preço-alvo das ações do GPA, de R\$ 15 para R\$ 3,50, após a cisão do controle acionário no Grupo Éxito, que passou a ser negociado por meio de Brazilian Depository Receipts (BDRs).

IstoéDinheiro

UNIMESP AGROPECUÁRIA LTDA
CNPJ nº 08.297.440/0001-64 - NIRE 35.220.574.986
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Data, Hora e Local: 30/08/2023, às 14:30 hrs na sede social. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Osvaldo Vieira - Presidente, Pedro Fernando Ferreira - Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1) A sócia **Ferreira e Ferreira Administração de Bens Ltda.**, resolve reduzir a sua participação no capital social no valor de R\$ 4.000.000,00, tendo a redução aprovada por unanimidade por todos os demais sócios, sendo que para pagamento do referido valor, a empresa transfere para a sócia **Ferreira e Ferreira Administração de Bens Ltda** os imóveis rurais que encontram-se registrados sob as matrículas 25.957 e 25.958 do cartório de registro de imóveis da comarca de Piraju - SP, no que concordam desde já a assinar a escritura pública pertinente ao ato. 2) Diante da redução do capital acima aprovada, capital social é de R\$ 30.890.593,00 dividido em 30.890.593 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, passa a partir desta data para R\$ 26.890.593,00, dividido em 26.890.593 quotas o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos Sócios, em moeda corrente nacional e bens imóveis, e distribuídas da seguinte forma:

Sócios	Quotas	%	Valor (R\$)
Ilha D'Sol Participações Ltda	6.445.721	23,97%	6.445.721,00
Osvaldo Vieira	3.439.268	12,79%	3.439.268,00
Ferreira e Ferreira Administração de Bens	17.005.604	63,24%	17.005.604,00
Total	26.890.593	100%	26.890.593,00

Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Piraju, 30 de agosto de 2023. **Sócios Presentes:** Ilha D'Sol Participações Ltda (representada por Osvaldo Vieira); Osvaldo Vieira (na condição de sócio e administrador); Ferreira e Ferreira Administração de Bens Ltda (Representada por Pedro Fernando Ferreira); Pedro Fernando Ferreira (na condição de administrador).

Polix - EPS Industria e Comercio Ltda.
CNPJ nº 44.354.680/0001-17
Edital de Convocação

Na qualidade de administrador da **Polix - EPS Industria e Comercio Ltda.**, de acordo com as atribuições a mim conferidas, pelo presente convoco os sócios a comparecerem à Reunião de Sócios, na sede administrativa da sociedade, Rod. Edgar Maximo Zamboto Km 43,5, S/N, Glebas, Franco da Rocha/SP, 07834-950 no 27/09/2023, com início às 10hs, em 1ª convocação, ou às 10h30 do mesmo dia, em 2ª convocação, tendo como ordem do dia: (i) a destituição da administradora Ana Beatriz de Oliveira Santos e consolidação da cláusula de administração; e (ii) a modificação do contrato social para inclusão de cláusula de exclusão extrajudicial de sócio nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Hugo Santana Macedo – Administrador. (18, 19, 20/09/23)

G30 Participações S.A.
CNPJ/MF nº 12.822.076/0001-81 – NIRE 35.300.386.191
Edital de Convocação nº 002/2023

O Conselho de Administração da **G30 Participações S.A.** convoca os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede da empresa, na Estrada da Boiada, nº 478, sobreloja, Santa Rosa, Vinhedo-SP, no dia **19/10/2023, às 10 horas**, com quórum que represente no mínimo a metade mais uma das ações com direito a voto, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias: **A)** Dissolução e liquidação da sociedade anônima **G30 Participações**; **B)** Manutenção do Conselho de Administração; **C)** Nomeação dos liquidantes; **D)** Manutenção ou eleição do Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação; **E)** Forma de distribuição de valores creditícios remanescentes aos acionistas. Vinhedo/SP, 18/09/2023. **Luiz Carlos da Cunha Colombo** – Presidente. (19, 20 e 21/09/2023)

Bromélia Capital Securitizadora S.A.
CNPJ nº 52.084.967/0001-00
ERRATA - Ata da Assembleia Geral de Constituição de 23 de agosto de 2023

Comunicamos que a publicação da Ata da Assembleia Geral de Constituição de 23 de agosto de 2023, publicada no jornal Data Mercantil no dia 13/09/2023 no formato digital e impresso, teve o seguinte conteúdo retificado: **Na razão social e nas Deliberações da Companhia:** • **Onde se lê:** Bromélia Fomento Mercantil S.A. • **Leia-se:** Bromélia Capital Securitizadora S.A.

Juros: Taxas avançam acompanhando Treasuries e curva ganha inclinação

Pressionados pela escalada das taxas dos Treasuries, os juros futuros subiram durante toda a sessão, sobretudo na ponta longa, refletindo a aversão ao risco importada de Wall Street nesta véspera de decisão de política monetária nos EUA. Mesmo com as apostas para o Copom bem ajustadas para um novo corte de Selic em 0,50 ponto porcentual, as taxas curtas foram contaminadas e, pressionadas ainda pelo desempenho das commodities, petróleo em especial, avançaram.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 fechou em 10,495%, de 10,426% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 subiu de 10,09% para 10,18%. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 10,44%, de 10,34%. A do DI para janeiro de 2029 encerrou em 10,98%, de 10,88%, e a do DI para janeiro de 2031 avançou 11,19% para 11,30%.

“É a tensão pré-Fed pre-

dominando, embora quase ninguém acredite em alta de juros nesta reunião”, explicou a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese. De acordo com a economista, em tese, a expectativa de que o Fed não subirá o juro deveria produzir uma reação positiva nos mercados, mas os ativos refletiram a dúvida se a manutenção esperada do juro amanhã representa um fim de ciclo ou apenas uma pausa. “Essa ansiedade é que trouxe volatilidade aos Treasuries”, disse.

Após a reunião, haverá entrevista coletiva do presidente do Fed, Jerome Powell, que, segundo Veronese, mantém a tendência das reuniões recentes, tende a amenizar um possível tom hawkish vindo do comunicado e do gráfico de pontos.

No fim da tarde, o yield da T-Note de dez anos voltava a flertar com a marca de 4,37% e a rondar os maiores níveis desde 2007 atingidos pela manhã. O da T-note de 2 anos saltava a 5,11%.

IstoéDinheiro

CRNL Participações e Licenciamento Ltda.

CNPJ/MF nº 29.844.044/0001-80 NIRE 35235193631

Ata de Reunião de Sócios

Data/Hora/Local: 11/11/2022, 9hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presente a totalidade dos sócios. **Mesa:** Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira (presidente) e Clelia Novello Lemos Oliveira (secretária). **Deliberações aprovadas:** (i) A transformação da Sociedade em sociedade anônima (“Companhia”), independentemente de dissolução e liquidação, que passará a operar sob a denominação “CRNL Participações e Licenciamento S.A.”, que responderá, para todos os fins e efeitos de direito, por todo o ativo e o passivo da sociedade limitada transformada em companhia. Em virtude da referida transformação, todas as quotas representativas do capital social da Sociedade são convertidas em ações ordinárias, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme o Boletim de Subscrição. E em cumprimento ao disposto no artigo 67, III, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, consta como **Anexo III** ao presente instrumento, a relação completa dos acionistas e a indicação da quantidade de ações da Companhia resultantes da presente transformação. (ii) O Estatuto Social da Companhia. (iii) Eleita a Diretoria, a ser exercida isoladamente pelo Diretor Presidente **Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Santana de Parnaíba/SP. O Diretor ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. O eleito toma posse de seu cargo mediante a aposição de sua assinatura do Termo de Posse tendo o mandato a duração de 03 anos, com início na presente data. Os acionistas aprovam, por unanimidade de votos, a não instalação do Conselho Fiscal. (iv) Dar por efetivamente transformada a Sociedade em sociedade anônima, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. Nada mais. São Paulo/SP, 11/11/2022. JUCESP/NIRE nº 3530060465-2. JUCESP nº 671.279/22-1 em 25/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, Lei Aplicável, Sede e Prazo de Duração. Cláusula 1ª** - A CRNL Participações e Licenciamento S.A. (doravante “Companhia”) é uma Companhia fechada que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - A Companhia adota a denominação social de “CRNL Participações e Licenciamento S.A.”, e como nome fantasia “CRNL Participações e Licenciamento”. **Cláusula 2ª** - A Companhia tem sede e foro na Av. Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, cj 91, sala 23, Cidade Jardim, São Paulo-SP, CEP 05676-120. **§1º** - A Companhia poderá abrir, transferir e/ou fechar filiais no Brasil ou no exterior por deliberação dos acionistas e de acordo com o quórum previsto em Lei. **Cláusula 3ª** - A Companhia iniciou suas atividades na forma de Sociedade Empresária de Responsabilidade Limitada em 08/02/2018, com registro do seu Contrato Social de Constituição sob o NIRE nº 35235193631, em sessão de 05/03/2018, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). Sendo seu prazo de duração por tempo indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto. Cláusula 4ª** - A Companhia possui como objeto social a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no país ou no exterior, a administração de bens próprios, e licenciamento e sublicenciamento de direitos de propriedade industrial, marcas, patentes, tecnologia e know-how. **Capítulo III. Do Capital Social. Cláusula 5ª** - O capital social da Companhia é de R\$500.000,00, dividido em 500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com capital totalmente integralizado em moeda corrente nacional. A cada uma das ações ordinárias corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Capítulo IV. Da Administração. Cláusula 6ª** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 03 membros, pessoas físicas, residentes e domiciliadas no país, doravante designados “Diretores”. Os Diretores serão nomeados pela assembleia-geral, mediante a aprovação de acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social, sendo que tais Diretores serão investidos no respectivo cargo mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Diretores eleitos. **§1º** - O prazo de mandato dos Diretores será de 03 anos, permitida a reeleição. Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para deliberar a eleição de novo Diretor, que deverá cumprir o mandato do Diretor a ser substituído. **§2º** - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros da Diretoria. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os Diretores. **§3º** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à tal finalidade, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto. **§4º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que o interesse social assim o exigir. As atas das Reuniões da Diretoria serão transcritas no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria. **§5º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor mediante notificação com 05 dias de antecedência, ficando dispensada de convocação a reunião a qual todos os membros compareçam. **§6º** - Compete ao Diretor Presidente: (a) convocar e presidir as Assembleias Gerais; (b) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, assim como as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria; (c) a supervisão geral da gestão e planejamento dos negócios da Sociedade, representando-a isoladamente; (d) a designação, a coordenação e a orientação das atividades dos demais Diretores em suas respectivas áreas de competência. **§7º** - Compete ao diretor sem designação específica exercer as atribuições e poderes específicos que lhes forem determinados pelo Diretor Presidente ou definidos em Assembleia Geral, podendo praticar, em conjunto com o Diretor Presidente, os atos de competência deste. **Cláusula 7ª** - Observado o disposto na Cláusula anterior, quando aplicável, a Companhia é representada e se obriga: (a) pela assinatura do Diretor Presidente; (b) pela assinatura conjunta dos 02 Diretores; (c) pela assinatura isolada de um procurador nomeado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Único** - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ter expressamente identificados os poderes outorgados e, com exceção das procurações com poderes “ad judicium”, prazo para validade determinado de, no máximo, 02 anos. **Cláusula 8ª** - São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretoria, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social, ou que tenham sido praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto. **Parágrafo Único** - O Diretor Presidente poderá prestar fiança/aval, constituição de hipoteca, alienar fiduciariamente e prestar fiança a terceiro, desde que o ato faça parte do objeto exercido pela Companhia. **Capítulo V. Das Assembleias Gerais de Acionistas. Cláusula 9ª** - A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em Lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente ou, em sua falta, pelas pessoas indicadas de acordo com os artigos 123 e 124 da Lei n. 6.404/1976, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por um Presidente e um Secretário por ele escolhido sendo considerada regular aquela Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas, dispensando-se, assim, a convocação prévia. **§2º** - As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, por 02 Diretores ou por acionistas, na forma prevista na Lei, e instalarem-se, ressalvadas as exceções previstas em Lei, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando no mínimo 25% do capital social com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas com direito a voto. **§3º** - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 ano, que seja acionista, Diretor da Companhia, advogado ou instituição financeira. **§4º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei, neste Estatuto e no Acordo de Acionistas, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante. **§5º** - Compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de todos os negócios e assuntos sociais, previstos em lei, cabendo-lhe especialmente: (a) examinar, aprovar ou rejeitar o relatório e as contas apresentadas pelos Diretores; (b) reformar total ou parcialmente este Estatuto Social; (c) fixar a remuneração dos membros da Diretoria; (d) criar o Conselho de Administração e eleger seus membros; (e) deliberar a respeito de qualquer matéria levada à sua apreciação. **Capítulo VI. Acordo de Acionistas. Cláusula 10ª** - A Companhia manterá em sua sede o registro e a averbação dos Acordos de Acionistas nos livros de registro de ações da Companhia, Sendo que os Acordos deverão ser sempre observados pela Companhia, conforme previsto no art. 118 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Único** - Em caso de conflito ou divergência entre as disposições deste Estatuto e do Acordo de Acionistas, prevalecerá sempre o disposto no Acordo de Acionistas, se obrigando os acionistas a tão logo constatados o conflito ou a divergência, promover a alteração deste Estatuto de maneira a harmonizá-lo com o Acordo de Acionistas. **Capítulo VII. Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Balanço e Distribuição de Lucros e Dividendos. Cláusula 11ª** - O exercício social terá início em 12 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado, de acordo com os requisitos e formalidades previstos em lei. **§1º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento aos requisitos legais, ou para atender aos interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Assembleia Geral. Caso distribuídos, esses dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **§2º** - Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, *ad referendum* da Assembleia Geral. **§3º** - A destinação do lucro líquido será realizada nos termos da Lei 6.404/1976, das regras contábeis e conforme deliberação determinada pela Assembleia Geral, observado também o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, que poderá prever distribuição de lucros desproporcional às participações dos sócios no capital social. **Capítulo VIII. Da Dissolução e Liquidação. Cláusula 12ª** - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, observado o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. **§1º** - Em caso de liquidação da Companhia, o procedimento legal aplicável deverá ser observado e aos acionistas representantes de, no mínimo, 90% do capital social da Companhia, caberá a indicação e/ou destituição dos liquidantes, bem como o julgamento de suas contas. **§2º** - Liquidado o passivo, na forma determinada em Lei, o ativo remanescente será rateado entre os acionistas. **Capítulo IX. Das Alterações Estatutárias. Cláusula 13ª** - O Estatuto Social da Companhia será alterado mediante deliberação dos acionistas representando, no mínimo, 90% do capital social da Companhia. **Capítulo X. Do Conselho Fiscal. Cláusula 14ª** - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandato de um ano e destituíveis pela Assembleia Geral. **§1º** - O órgão terá seu funcionamento não permanente, somente nos exercícios sociais em que for instalado por decisão da Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor. **§2º** - Cada período de funcionamento terminará quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente a da instalação do Conselho Fiscal. **§3º** - A Assembleia Geral que decidir pela instalação e funcionamento do Conselho Fiscal elegerá os seus membros e fixar-lhes-á remuneração. **§4º** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições e os poderes que lhe confere a Lei. **Capítulo XI. Disposições Finais. Cláusula 15ª** - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste Estatuto Social, renunciando os acionistas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Cláusula 16ª** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela lei n.º 6.404/1976, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir. São Paulo/SP, 11/11/2022.

Negócios

Mottu levanta R\$ 250 milhões com QED e primeiro cheque da Bicycle



A locadora de motos Mottu acaba de fechar uma captação de US\$ 50 milhões (cerca de R\$ 250 milhões). A rodada foi liderada pela americana QED, que já investiu em brasileiras como Nubank, Credits e Quinto-Andar, e pela Bicycle, marcando o primeiro aporte da gestora criada por Marcelo Claire, ex-Softbank, em sociedade com o fundo árabe Mubadala.

Ambas são novatas no cap table da startup, que atua também como marketplace de logística de última milha para delivery. Endeavor Catalyst e a Caravela acompanharam, num valuation acima da rodada anterior, feita em junho do ano passado – quando houve tam-

bém uma tranche de dívida. O capital de 2022 deu combustível para a Mottu chegar às atuais 48 mil motos alugadas no Brasil e México e os novos recursos vão ajudar a levar as motos verde e preta para outras geografias, aumentar o investimento em eficiência operacional e atrair um novo perfil de cliente. Se até agora a companhia era voltada para o cliente que tem a moto como ofício – aquele que roda até 200 km por dia em entregas de aplicativo em municípios como São Paulo, Rio ou Cidade do México, ou como moto táxi em cidades menores –, a companhia também começou a atrair quem quer trocar o transporte público pela moto alugada para ir e voltar do trabalho.

Para isso, faz planos di-

ferentes de uso, conforme a intensidade de uso do veículo, que impacta diretamente no custo de manutenção. Também trabalha com um formato de leasing, em que o usuário vira dono da moto em dois anos.

Criada em 2020 por Rubens Zanelatto, a Mottu é voltada para a base da pirâmide, abrindo espaço de geração de renda com o serviço de delivery (prestado na própria plataforma ou de terceiros, à escolha do motoboy) por meio da locação do veículo – uma oferta que era escassa mesmo em grandes metrópoles e nula em cidades menores, dada a dificuldade de comprovação de renda e histórico de crédito e o risco de dano e roubo de moto, que encarece o seguro.

Pipeline Valor

Ainda no prejuízo, C6 Bank turбина negócio de PJ para elevar receita



O C6 Bank está alinhado com a tendência de outros bancos digitais brasileiros, que têm focado principalmente em clientes pessoa física. No entanto, agora está intensificando seus esforços na vertente voltada para pessoas jurídicas, reconhecendo o potencial de retorno nesse nicho. Isso pode ajudar a reverter o prejuízo que a instituição ainda apresenta ao seu principal investidor, o J.P. Morgan, que recentemente aumentou sua participação na operação de 40% para 46%.

Desde sua fundação em 2019 por ex-sócios do BTG, o banco digital já oferecia serviços básicos para clientes PJ, mas começou a direcionar mais recursos para esse seg-

JBL perde R\$ 500 milhões por ano com pirataria de caixas de som e fones no Brasil

“Olha a JBL”, gritam os vendedores pelas praias pelo país. Quase sempre, são produtos falsificados, feitos em países asiáticos e que entram ilegalmente ao Brasil por portos ou pelas fronteiras com países vizinhos. O sucesso global da marca nos últimos anos fez com a marca da Harman, adquirida pela Samsung em 2016, se tornasse um dos alvos da indústria da pirataria.

E o Brasil, com uma das maiores costas litorâneas do mundo, boas condições climáticas, musicalidade na veia e baixo poder aquisitivo, está entre um dos principais destinos desses produtos, segundo dados da empresa.

Na estimativa da Harman, o mercado de falsificados transaciona em torno de R\$ 500 milhões por ano em itens da marca por aqui, especialmente caixas de som portátil e fones de ouvido. Um prejuízo que poderia ser bem maior.

Desde 2018, a empresa tem empreendido e evoluído em ações para coibir o contrabando e a pirataria, seja

por meios físicos seja por canais digitais. A Harman não abre os valores investidos na empreitada.

De acordo com a Associação Brasileira de Combate à Falsificação, a pirataria movimentou R\$ 345 bilhões em 2022, alta de 17% em relação ao ano anterior. Outra vítima famosa é a Stanley, que criou um selo para tentar diminuir as falsificações.

No ano passado, por exemplo, a Harman fez denúncias a marketplace e e-commerces que levaram à derrubada de mais de 50 mil anúncios. Em 2023, até agosto, outras 45 mil postagens foram retiradas do ar. O crescimento da pirataria acompanha a evolução do próprio mercado. Dados da consultoria GFK mostram a divisão das caixas de som com expansão de 42% em faturamento nos últimos 12 meses.

Nos cálculos da empresa, se comercializados online, esses produtos movimentariam cerca de R\$ 400 milhões. A tarefa é hercúlea e ganhou um novo ritmo na pandemia de Covid-19.

Exame



mento há aproximadamente um ano. Isso incluiu a introdução de novos produtos, como contas em moeda estrangeira e seguros. Em apenas 11 meses até julho, a base de clientes PJ cresceu 50%, atingindo a marca de 1,5 milhão de empresas.

No entanto, essa vertical ainda representa apenas 5,5% dos 26,9 milhões de usuários totais do C6, que estão mais concentrados em clientes pessoa física. Essa proporção fica aquém do que alguns dos principais concorrentes digitais no mercado, que também são mais fortes no varejo. Por exemplo, o Nubank tem 3 milhões de clientes PJ, o PicPay tem 2 milhões, e o Inter tem 1,8 milhão. Por outro lado, o C6 supera alguns nomes que

se especializaram desde o início em atender pessoas jurídicas, como a Cora, que possui 1 milhão de clientes. Na sua estratégia, o C6 está se posicionando no mercado como uma instituição que oferece uma ampla gama de produtos e serviços para empresas, indo além de uma simples conta com cartão. Os clientes têm buscado um banco que possa atender suas necessidades de forma abrangente, em vez de dividir suas operações entre várias instituições financeiras diferentes. A vertical de pessoas jurídicas do C6, no entanto, ainda não está gerando lucro por si só e está trabalhando para alcançar o ponto de equilíbrio. O banco acredita que isso está próximo de acontecer.

Pipeline Valor